



Recomendações  
e Princípios  
Orientadores da  
**CIDSE**

# Agricultura: do problema à solução

Garantir o Direito à Alimentação  
num Mundo Condicionado pelo Clima

} Afastar a abordagem à alimentação,  
agricultura e alterações climáticas  
baseada no mercado

} Reorientar a agricultura para que  
sirva a sua função social, económica e  
ecológica de um modo duradouro

## Neste documento

Resumo	3
Princípios	6
Recomendações	9
Conclusão	20

### **Adaptação\***

A adaptação a alterações climáticas refere-se a ajustamentos em sistemas naturais ou humanos em resposta aos estímulos ou efeitos atuais ou esperados, a fim de reduzir os malefícios ou explorar as oportunidades benéficas. Podem distinguir-se vários tipos de adaptação, incluindo adaptação antecipativa ou reativa, adaptação pública ou privada ou adaptação autónoma ou planeada.

### **Mitigação\***

Intervenção antrópica destinada a reduzir as fontes ou aumentar os gases de efeito de estufa.

### **Resiliência**

«Capacidade que os grupos ou comunidades têm para enfrentar pressões externas e perturbações resultantes de mudanças sociais, políticas ou ambientais» (Adger 2000)

\* Definições do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas), 2001, [www.ipcc.ch/pdf/glossary/tar-ipcc-terms-en.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/glossary/tar-ipcc-terms-en.pdf).

Como reorientar a agricultura de modo a servir as suas funções sociais, económicas e ecológicas de modo sustentável? Este documento reflete a visão da CIDSE sobre os princípios básicos que deveriam orientar as políticas agrícolas e climáticas, tendo em vista o desafio proposto pelas mudanças de clima aos habitantes do planeta.

As recomendações políticas e as considerações aqui contidas baseiam-se na análise da ligação entre clima e agricultura e nos atuais debates da CIDSE e das suas organizações-membros.

Agradecemos especialmente a Christine Campeau, do Ecumenical Advocacy Alliance (EAA) pelas suas contribuições para a secção sobre consumo e desperdício alimentar.

Contactos:

Gisele Henriques (Política alimentar), [henriques@cidse.org](mailto:henriques@cidse.org), +32(0) 2 233 37 54

Emilie Johann (Política climática), [johann@cidse.org](mailto:johann@cidse.org), +32(0) 2 282 40 71

Publicado em Outubro de 2012 por CIDSE, Rue Stévin 16, 1000, Bruxelas, Bélgica

Imagem da capa: @Nikida

Tradução para o português por Guilhermina Rebelo de Andrade (FEC)

Este documento encontra-se disponível em Inglês, Francês, Espanhol e português em [www.cidse.org/resources](http://www.cidse.org/resources)

## Resumo

As alterações climáticas, a agricultura e a segurança alimentar estão indissolúvelmente ligadas. A CIDSE (Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade) acredita que a luta contra a fome no mundo bem como a perspectiva de alimentar uma população cada vez mais numerosa, no contexto das alterações climáticas, constituem o maior desafio da nossa época. Este desafio só pode ser ultrapassado através de políticas intersectoriais coerentes que reduzam as emissões provocadas pela agricultura e aumentem simultaneamente a capacidade do sector em cooperar com os impactos das mudanças climáticas, favorecendo o potencial em termos de luta contra a pobreza.

O presente documento expõe os princípios básicos que, segundo a CIDSE, deveriam fornecer o enquadramento segundo o qual fosse possível abordar as questões da agricultura e garantir o direito a uma alimentação adequada face ao desafio climático. Sendo uma aliança internacional católica de agências de desenvolvimento, os nossos princípios baseiam-se na doutrina social da Igreja e nos princípios dos direitos humanos que defendem a dignidade, a equidade e a justiça. Pensamos que os direitos humanos – nomeadamente o direito a uma alimentação adequada – devem ser o ponto de partida do desenvolvimento de qualquer análise e de qualquer política relacionada com as mudanças climáticas, a agricultura e a segurança alimentar. Na nossa qualidade de organização de desenvolvimento, fundamentamos toda a nossa análise em experiências resultantes dos nossos programas e projetos, bem como no trabalho que os nossos parceiros no terreno, no Sul, realizam em estreita ligação com as comunidades afetadas.

Hoje em dia, cerca de uma pessoa em sete não beneficia do direito fundamental à alimentação. Os desafios para garantir a segurança alimentar são significativos e as alterações climáticas só os tornarão mais difíceis de ultrapassar. A agricultura é um sector-chave tanto do ponto de vista das suas contribuições para as alterações climáticas como dos impactos que sofre por causa dessas mudanças. As atividades agrícolas, incluindo as repercussões indiretas da mudança de propriedade e do desmatamento<sup>1</sup>, são responsáveis por um terço do total das emissões de gases com efeito de estufa (GEE)<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, o sector agrícola é particularmente afetado pelas mudanças de clima e será certamente necessária uma adaptação para fazer face aos desafios relacionados com o clima como a desertificação, a degradação dos terrenos, a seca, as inundações e a escassez de água. Além disso, a agricultura representa a primeira fonte de rendimentos para a maior parte da população mundial mais pobre, dos quais 75% são pequenos produtores<sup>3</sup>. Estas pessoas são as mais vulneráveis, que não apenas produzem a maior parte dos alimentos para o mundo<sup>4</sup>, com recurso a práticas com poucas emissões de gases, mas dispõem de fraquíssimas condições para enfrentar as alterações climáticas.

Apesar das sólidas provas científicas, dos crescentes impactos do fenómeno e do surgimento de enquadramentos cenários políticos, o propósito de enfrentar as mudanças climáticas é ainda muito insuficiente. Os níveis de emissões de CO<sub>2</sub> atingiram um «record histórico de 34 mil milhões de toneladas em 2011»<sup>5</sup>. Face ao aumento das emissões e ao carácter inadequado dos objetivos e das políticas atuais, o distanciamento<sup>6</sup> entre os compromissos políticos e as reduções necessárias para nos mantermos a um limite inferior a 2°C<sup>7</sup> está a aumentar.

Se o cenário se mantiver em relação à produção e procura de alimentos, as emissões decorrentes da agricultura deverão aumentar, de 2005 a 2030<sup>8</sup>, cerca de 40% acima dos níveis. «Numa escala global, as emissões de N<sub>2</sub>O provenientes do solo, e de metano (CH<sub>4</sub>) provenientes da fermentação entérica dos ruminantes, constituem a maior fonte de emissões de GEE provocadas pelas atividades agrícolas. Em anos recentes, as consequências de mudança de propriedade da terra também libertaram para a atmosfera grandes quantidades de carbono do

ecossistema tais como o CO<sub>2</sub>»<sup>9</sup> Por detrás destes números, a realidade é bem diferente: a agricultura industrial contribui com bastante mais emissões de GEE do que os pequenos produtores. E isto deve-se à sua dependência de aportes agrícolas exteriores, uso de fertilizantes sintéticos azotados, concentração de metano proveniente da produção animal, e emissões de CO<sub>2</sub> derivadas do uso de grandes máquinas agrícolas e do desmatamento de grandes extensões de terreno.

Apesar do impulso global de produção nos últimos 50 anos, a fome está a aumentar. Hoje produzimos 17% mais calorias por dia por pessoa do que há 30 anos, apesar de um aumento demográfico de 70%<sup>10</sup>. O aumento das colheitas não se traduz automaticamente em segurança alimentar. A fome não é apenas uma questão de produção insuficiente, e a questão do acesso desigual é crucial no que respeita à segurança alimentar<sup>11</sup>.

O Relatório sobre «Volatilidade dos Preços e Segurança Alimentar»<sup>12</sup> publicado em 2011 pelo Grupo de peritos de alto nível (HLPE) em Segurança Alimentar e Nutrição do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), indica que «não há necessidade de estimular o crescimento agrícola [mas] urgência em orientar a produção para uma segurança alimentar de longo prazo». A questão que se coloca é: como se pode reorientar a produção para servir a sua função social, económica e ecológica de modo sustentável? Para isto acontecer acreditamos que é preciso estabelecer caminhos de desenvolvimento duradouros que orientem o papel da agricultura para o serviço da sociedade e construir sistemas de produção alimentar diversificados e resilientes que contribuam para a segurança alimentar, a equidade social e a regeneração ambiental.

Finalmente, é também urgente questionar os nossos modelos atuais de consumo e de produção, que não só são pouco sustentáveis de um ponto de vista agrícola, mas que também forçam as alterações climáticas. Torna-se imperativo acabar com as economias que geram grandes emissões em geral, e colocar no âmago do nosso sistema económico a precaridade dos recursos naturais. Assim, os países desenvolvidos têm de começar a reduzir as suas emissões drasticamente, nomeadamente no sector agrícola, e apoiar os países em desenvolvimento a adotar caminhos de desenvolvimento que compreendam baixo teor de emissões.

Neste sentido, este documento formula recomendações-chave dirigidas aos responsáveis pelas decisões, tendo em vista, em particular, as negociações sobre agricultura no âmbito do Órgão Subsidiário de Conselho Científico e Tecnológico (OSCCT) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) e a mesa redonda sobre Segurança Alimentar e Alterações Climáticas da 39ª sessão do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), uma vez que estes organismos são, respetivamente, as instâncias intergovernamentais mais legítimas para questões ligadas às alterações climáticas e segurança alimentar.

É urgente proceder a uma mudança de direção, há muito ultrapassada. A CIDSE apela para que os princípios discriminados pormenorizadamente neste documento, guiem as futuras orientações políticas:

- **Adotar uma abordagem fundamentada no direito à alimentação:** insistir na obrigação moral e legal que leva todos os povos a terem a capacidade de se alimentar autonomamente e com dignidade.
- **Enfatizar o papel da agricultura na redução da pobreza:** sendo o principal sector económico da maior parte dos países em desenvolvimento, a agricultura constitui a fonte primordial de rendimentos da maioria das populações pobres do mundo. Os Estados têm a obrigação de proteger e garantir o direito a uma alimentação adequada às populações que servem e, em consequência, apoiar o sector agrícola local de modo que responda às necessidades dos mais vulneráveis.

- **Respeitar as Responsabilidades Comuns Mas Diferenciadas:** este princípio traduz a responsabilidade conjunta da comunidade internacional pelos prejuízos decorrentes das atividades humanas de modo a que reflitam as contribuições dos países para as emissões (GEE), a maneira como são afetados por essas emissões, e a respetiva capacidade de fazer face a tais impactos.
- **Integridade científica e princípio de precaução:** os conhecimentos científicos fornecidos pelos organismos científicos intergovernamentais sobre alterações climáticas e respetivos impactos ambientais e sócio-económicos devem constituir a base da ação política.

Neste documento, a CIDSE apresenta igualmente seis recomendações pormenorizadas, dirigidas aos responsáveis políticos, sobre questões climáticas e agrícolas.

### **Recomendações:**

- } Investir na produção alimentar em pequena escala
- } Apoiar modelos de produção sustentáveis
- } Desconfiar das falsas soluções como a integração da agricultura nos mercados de carvão ou agrocombustíveis<sup>13</sup>
- } Garantir o acesso à terra, aos recursos naturais e bens comuns
- } Tornar as políticas financeiras, comerciais e agrícolas coerentes, a fim de garantir o direito a uma alimentação adequada
- } Alterar os hábitos de consumo e reduzir o desperdício alimentar e as perdas pós-colheita.

## **Princípios Gerais**

### **1. O respeito e a adesão aos direitos humanos**

Os direitos humanos são protegidos pelo direito internacional humanitário e pelo direito relativo aos direitos humanos; do mesmo modo, as obrigações correlativas dos Estados perante os signatários, encontram-se consagradas no direito internacional. Ora, os impactos das alterações climáticas põem em perigo os direitos humanos fundamentais.

O direito a uma alimentação adequada constitui um direito humano. Todo o ser humano tem direito a viver com dignidade, afastado da ameaça da fome, da insegurança alimentar e da má nutrição. Uma abordagem baseada no direito à alimentação permite insistir nas obrigações jurídicas e morais dos Estados para assegurar que todos se possam alimentar dignamente. Afirma a auto-determinação dos povos e reconhece o seu direito de ser livres da dependência de fatores externos, fora do seu controle, para atender a essa necessidade humana básica. O direito a uma alimentação adequada é reconhecido, entre outros diplomas, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>14</sup> e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC)<sup>15</sup>. Tal como definido com autoridade pela Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Comissão DESC) na Observação Geral nº 12, «O direito a uma alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher ou criança, só ou em comunidade com outros, tem acesso físico e económico, em qualquer altura, a uma alimentação adequada ou a meios de obter tal alimentação.»

Para Olivier de Schutter, repórter especial da ONU para o Direito à Alimentação, «para produzir o seu próprio alimento, uma pessoa necessita de terra, sementes, água e outros recursos; para o comprar, necessita de dinheiro e acesso ao mercado. Assim, o direito a uma alimentação adequada implica, por parte dos Estados, a providência de um ambiente em que as pessoas possam usar todo o seu potencial para produzir ou obter alimentos adequados para si e para as suas famílias. Para comprar alimentos, uma pessoa precisa de rendimentos adequados: o direito a uma alimentação adequada implica, portanto, por parte dos Estados, a garantia de políticas salariais ou redes de segurança social que permitam aos cidadãos realizar o seu direito a uma alimentação adequada.»<sup>16</sup>

Deve ser adotada uma abordagem centrada na dignidade humana, abrangendo o conjunto de políticas e sectores, para contemplar todos aqueles para quem o acesso à alimentação é precário, ou seja, aqueles cujos direitos estão a ser violados ou estão em perigo; e apontar responsabilidades aos que têm poder de decisão em promover, proteger e fazer cumprir tais direitos. Tal abordagem garantirá uma análise das principais causas de fome no contexto das alterações climáticas, e a importância da participação dos que são afetados na elaboração e efetivação de respostas. Uma abordagem fundada no respeito pelos direitos humanos permitirá também identificar as pessoas e os grupos particularmente vulneráveis à insegurança alimentar, bem como os obstáculos específicos que têm de enfrentar, como o caso específico da mulher.

### **2. A luta contra a pobreza e o papel socio-económico da agricultura**

A importância do sector agrícola na luta contra a pobreza é significativo. A agricultura representa uma grande parcela na economia dos países com maior percentagem de pobres e de subnutridos. Na sua qualidade de principal sector económico na maior parte dos países em desenvolvimento, constitui a mais essencial fonte de rendimentos para a maioria das populações pobres do mundo. As populações rurais pobres dependem do sector agrícola, tanto do ponto de vista de subsistência como de rendimento para as necessidades familiares.

Contudo, para estimular o crescimento neste sector e para fazer face à falta de financiamento por parte da comunidade internacional, os governos dos países em desenvolvimento têm-se voltado cada vez mais, para procurar soluções, para os agentes do sector privado e para o investimento direto estrangeiro<sup>17</sup> que estes fornecem, convertendo-se estes em indicador comumente aceite de «sucesso». Esta abordagem suscita sérias preocupações na medida em que os objetivos de lucro de algumas empresas poderosas não contemplam a multifuncionalidade da agricultura, incluindo os fatores de redução de pobreza, proteção do ambiente e desenvolvimento territorial, entre outros. Além disso, a adoção de padrões para as atividades das empresas transnacionais privadas no que diz respeito aos seus impactos sobre os direitos humanos, bem como a sua aplicação, é um trabalho que não está de todo terminado. Trata-se de uma preocupação séria, pois que os investimentos diretos estrangeiros feitos pelas transnacionais podem traduzir-se numa apropriação ilegal de terras e de recursos naturais, que compromete os direitos humanos das comunidades locais.

Um dos riscos decorrentes do papel crescente dado ao sector privado é a utilização de fundos públicos para subsidiarem os interesses de certas empresas, a expensas das populações locais. Para retomar o exemplo de uma reportagem da imprensa, a fome não deveria ser entendida como uma oportunidade de negócio para proceder à arbitragem do preço dos alimentos decorrentes da seca que ocorreu nos EUA em 2012<sup>18</sup>. A erradicação da fome e da pobreza é antes de tudo e principalmente responsabilidade dos próprios governos. Os Estados têm obrigação de proteger e garantir o direito a uma alimentação adequada das suas populações e, conseqüentemente, apoiar o sector agrícola local de modo que este responda às necessidades dos mais vulneráveis. É imperativo que tanto as políticas agrícolas como climáticas não percam de vista o importantíssimo papel que a agricultura tem na luta contra a pobreza. Na verdade, para ser verdadeiramente eficaz, qualquer política que pretenda tratar os problemas de base deve incluir este potencial.

Além disso, gostaríamos de expressar a nossa inquietação em relação à tendência atual para a «financiarização» do sector agrícola e decorrente comercialização de recursos naturais. Defendemos os conceitos de equidade social e apoiamos o reconhecimento de que os recursos naturais se podem esgotar. Reafirmamos os limites de uma abordagem à alimentação, à agricultura e às alterações climáticas, baseada no mercado. Esta abordagem revelou-se incapaz de garantir a segurança alimentar numa escala global.

### **3. Responsabilidades comuns mas diferenciadas para a justiça climática**

O princípio das «Responsabilidades Comuns mas Diferenciadas e Respetivas Capacidades»<sup>19</sup> (CBDRRC) é um dos princípios fundadores da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUAC) e da legislação internacional sobre o ambiente. A sua implementação em diferentes domínios afetados pela mudança do clima é essencial em relação ao papel da agricultura na adaptação e na redução dos efeitos climáticos. O princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas e respetivas capacidades é crucial para permitir uma repartição equitativa do peso e dos esforços para com a resolução da crise climática. Visa traduzir a responsabilidade conjunta da comunidade internacional face aos danos causados ao ambiente em resultado das atividades humanas, de modo a refletir:

- As contribuições dos países para emissões não duradouras de GEE;
- O modo como os países são afetados por essas emissões de GEE; e
- A sua capacidade de enfrentar os impactos, pondo a ênfase na responsabilidade dos países desenvolvidos face ao modelo ambiental atual, não duradouro.

Estes elementos devem ser incorporados no conjunto das políticas climáticas – quer digam respeito à mitigação, à adaptação, ao financiamento da ação climática ou à transferência de tecnologia –, bem como nas diferentes áreas afetadas pelas alterações climáticas, agricultura e produção alimentar. Se é nosso desejo cumprir a justiça climática, as ações relativas ao clima devem refletir a responsabilidade dos países em matéria de alterações climáticas, bem como a sua capacidade em lidar com essa questão.

A partilha justa e equitativa dos esforços e dos custos envolvidos na resolução da crise climática deve refletir a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos, o papel crescente das economias emergentes, bem como o direito de todos os países, principalmente os menos avançados, ao desenvolvimento sustentável. Este é um desafio que a comunidade internacional deve empreender para assegurar que as políticas climáticas facilitam o esforço global urgente em favor do desenvolvimento duradouro, o cumprimento dos direitos humanos e a erradicação da pobreza.

#### **4. O Princípio de Precaução**

Os conhecimentos científicos fornecidos pelos organismos intergovernamentais sobre as alterações climáticas e os seus impactos ambientais e sócio-económicos devem constituir a base da ação política. A ciência do clima é capaz de fornecer informações preciosas sobre o que é preciso para evitar os piores cenários climáticos e os seus impactos nas áreas mais vulneráveis e nas populações.

Além disso, apesar de as informações científicas existentes e do trabalho sobre possíveis cenários estarem a tornar-se mais ricas e precisas, são necessárias ações consistentes nos campos onde as incertezas científicas ainda permanecem. O artigo 3.3 da CQNUAC chama a atenção dos países para que tomem «medidas de precaução para antecipar, precaver ou minimizar as causas das alterações climáticas e reduzirem os seus efeitos nocivos».<sup>20</sup> O princípio de precaução deveria orientar todas as medidas relacionadas com o clima em matéria de agricultura, especialmente quando a segurança alimentar está ameaçada.

##### **O que é a Agroecologia?**

A agroecologia preocupa-se com a manutenção de uma agricultura produtiva que permita assegurar rendimentos regulares e otimize a utilização de recursos locais ao mesmo tempo que reduz os impactos ambientais e sócio-económicos negativos resultantes das práticas intensivas. A agroecologia:

- É uma abordagem integrada da agricultura e alimentação, profundamente ancorada a nível local e espelho da sabedoria e experiência tradicionais;
- Une a ecologia, a cultura, a economia e a sociedade a fim de conservar a produção agrícola, um ambiente saudável e comunidades com futuro;
- Aplica princípios de ecologia à conceção e gestão de ecossistemas agrícolas duradouros.

Os métodos de agricultura agroecológica incluem: agroflorestação, controle biológico (luta contra as pragas e doenças através de predadores naturais), métodos de recolha de água, culturas intercalares, culturas com fertilizantes verdes, sistemas integrados de agricultura e criação de gado, e muitas outras práticas. Elemento comum a todos os métodos anteriormente descritos é o reduzido uso de aportes do exterior.

Para pôr em prática as técnicas agroecológicas é preciso haver inovações tecnológicas, reformas das políticas agrícolas e mudanças sócio-económicas, mas sobretudo uma compreensão mais profunda das interações complexas a longo prazo entre os recursos, as pessoas e o seu ambiente. Para atingir esta compreensão, a agricultura tem que ser concebida como um sistema ecológico e também sócio-económico.

Fonte: Center for Agroecology and Sustainable Food Systems (UCSC), [www.agroecology.org](http://www.agroecology.org).



## **Recomendações para orientar as políticas climáticas e agrícolas**

### **O Comité de Segurança Alimentar Mundial**

O Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), na sua qualidade de plataforma intergovernamental e internacional mais importante no âmbito da segurança alimentar e da nutrição, constitui o organismo de tomada de decisões legítimo para orientar os esforços internacionais a fim de garantir a coerência e evitar a fragmentação. O clima e a agricultura aparecem como prioridades na 39ª sessão do CSA (Outubro de 2012), onde será constituída uma mesa redonda para discutir esta questão. Assim, apelamos a que o CSA leve em consideração as conclusões do relatório publicado em 2012 pelo Grupo de Peritos de alto nível sobre segurança alimentar e nutrição intitulado «Segurança alimentar e Alterações Climáticas», além das recomendações políticas que discriminamos abaixo.

### **A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas**

A inclusão das questões da agricultura na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) depende do Organismo Subsidiário de Conselho Científico e Tecnológico (OSCCT). Na sua decisão 2/CP17, a Conferência das Partes (CdP) decidiu, em Durban, em 2011, mandar o OSCCT para considerar as questões ligadas à agricultura no âmbito das «abordagens sectoriais cooperativas e das ações específicas por sector, a fim de facilitar o cumprimento do artigo 4, parágrafo 1 (c) da Convenção»<sup>21</sup>, com vista a uma decisão na CdP18. O estabelecimento de um programa de trabalho sobre agricultura é uma das opções encaradas para progredir na matéria.

É importante ressaltar que a CIDSE rejeita qualquer programa de trabalho feito pelo OSCCT da CQNUAC que não coloque em destaque os desafios urgentes em termos de adaptação, bem como a necessidade de apoio financeiro e estrutural para as práticas agrícolas sustentáveis. É essencial que a proposta de programa de trabalho sobre agricultura no âmbito da CQNUAC não abranja apenas medidas de redução de efeitos climáticos ou que exerça pressão adicional sobre os pequenos produtores por imposição de medidas climáticas inadaptadas. A criação de um contexto específico para tratar as questões da agricultura poderia comprometer os esforços já realizados em matéria de adaptação da agricultura no âmbito da CQNUAC, tal como o programa de trabalho de Nairobi e o programa de trabalho sobre perdas e prejuízos. A ligação entre a produção alimentar e as questões sociais, ambientais e económicas deve ser integrada nas políticas da CQNUAC.

Com base nos quatro princípios já mencionados, as recomendações-chave da CIDSE são as seguintes:

#### **Recomendação 1: Investir na produção alimentar de pequena escala**

Investir no trabalho dos produtores de pequena escala através de abordagens agroecológicas pode originar múltiplos resultados positivos ao aumentar a produção, a alimentação e o rendimento, ao melhorar a resistência a choques climáticos e a outros choques sobre os meios de subsistência, e ao reduzir a contribuição para os gases de efeito de estufa<sup>22</sup>.

Para reduzir as vulnerabilidades e aumentar a capacidade de adaptação, devem ser questionadas as estruturas de poder que primeiro tornaram as pessoas vulneráveis. Por exemplo, se o problema da insegurança alimentar é provocado pela incapacidade de os agricultores comprarem meios de produção ou porque deixam de ter incentivo para investir na sua terra por

esta poder mudar de dono, a ajuda alimentar ou a informação sobre a melhoria do clima em nada poderão reduzir a sua vulnerabilidade.

É necessário aumentar o investimento no desenvolvimento agrícola e rural, dando lugar central aos direitos e à resistência das comunidades mais vulneráveis. Isto passa pelo aumento dos investimentos em investigação agrícola, trocas entre agricultores e estreita cooperação entre agricultores e organismos científicos. Estes investimentos devem centrar-se em abordagens agroecológicas que reduzam os aportes do exterior, bem como na disponibilização de serviços próximos do nível das comunidades, incorporando e apoiando-se em conhecimentos, práticas e instituições existentes.

### **Ideias a explorar:**

- Abordar a questão dos investimentos indesejáveis, pegando na ajuda e nos gastos públicos destinados à agricultura baseada em práticas que geram importantes emissões e deslocando-os para modelos que sejam acessíveis aos mais vulneráveis e duradouros de um ponto de vista social, económico e ambiental. Convém dar prioridade ao fornecimento de bens públicos, tais como os serviços e infraestruturas rurais.
- Aumentar o investimento em abordagens agroecológicas e de produção de alimentos de pequena escala. Estes investimentos estão atualmente muito aquém dos níveis necessários para apoiar o potencial de adaptação e de redução que as abordagens possuem.
- Privilegiar as necessidades de adaptação em vez das de redução, especialmente no que diz respeito aos pequenos produtores<sup>23</sup>, em particular porque as necessidades de adaptação são hoje muito pouco financiadas.
- Incluir em todas as políticas ligadas à agricultura um destaque objetivo e medidas específicas com vista a melhorar as condições de vida e de trabalho da mulher, contemplando medidas como o acesso das mulheres à posse da terra. As mulheres contam-se entre os mais vulneráveis, sendo contudo das que mais contribuem para a produção nacional de alimentos. Segundo a FAO, as mulheres produzem entre 60 e 80% nos alimentos na maior parte dos países em desenvolvimento.<sup>24</sup>
- Apoiar a pesquisa orientada para as realidades que os mais afetados suportam devido à insegurança alimentar e às alterações climáticas, e garantir que as necessidades reais dos agricultores são efetivamente levadas em consideração.
- Promover os conhecimentos autóctones e a inovação liderada pelas comunidades como meio de aumentar a resistência dos modelos agrícolas.
- Levar em consideração, nas políticas de adaptação e redução das alterações climáticas relacionadas com a agricultura, as necessidades, opiniões, capacidade e experiência dos pequenos produtores e dos mais afetados pela insegurança alimentar, bem como garantir a sua participação e representação em espaços políticos onde estas questões são debatidas. É necessário apoiar iniciativas que facilitem a inclusão e a participação dos mais afetados nos processos que lhes dizem respeito.
- Reforçar as organizações de produtores para que ponham os seus recursos em comum, repartam os riscos e aumentem o seu poder de negociação ao longo de toda a cadeia alimentar.
- Apoiar a melhoria do acesso ao mercado por parte dos pequenos produtores e implementar medidas que garantam a durabilidade social e ambiental dos mercados de produtos alimentares e cadeias de distribuição. Em particular:
  - a. Apoiar o desenvolvimento de mercados locais para que os agricultores vendam os seus produtos a preços justos.
  - b. Caso os pequenos produtores estejam integrados em mercados regionais ou globais, apoiar iniciativas que aumentem o seu poder dentro das redes de distribuição a fim

de pôr em causa o atual domínio das cadeias de distribuição por pessoas individuais e promover uma maior inclusão.

#### **Apelamos a que a CQNUAC:**

- Desenvolva políticas que trabalhem conjuntamente os desafios relativos à adaptação e redução, garantindo ao mesmo tempo que seja dada ênfase específica às necessidades de adaptação dos pequenos produtores e à responsabilidade da agricultura industrial para as emissões de GEE. Se para a CQNUAC as questões da agricultura devem ser abordadas sob a égide de um novo enquadramento, isso deve ser feito de maneira a (i) não se centrar apenas na redução (ignorando as necessidades de adaptação) e (ii) não fragilizar os esforços atuais sobre adaptação climática.
- Atacar o grave problema de orçamentos insuficientes destinados à adaptação. Os programas duradouros de agricultura que reforçam a segurança alimentar e aumentam a resistência ao clima devem ser apoiados prioritariamente no quadro da concessão de novos financiamentos públicos para a luta contra as alterações climáticas.
- Completar os enquadramentos de funcionamento da CQNUAC, tais como o programa de trabalho de Nairobi e o programa de trabalho sobre perdas e prejuízos, com investimentos em matéria de política, conteúdo e dinheiro. Seria mais eficaz consolidar estes esforços antes de tornar as negociações ainda mais complexas do que se encontram.
- Implementar mecanismos participativos no seio do OSCCT (semelhantes aos do CSA) para garantir que as necessidades, opiniões e experiência dos pequenos produtores possam ser expressas e levadas em conta.

#### **Apelamos a que o CSA:**

- Promova o desenvolvimento de plataformas locais e regionais onde os mais afetados pela insegurança alimentar e alterações climáticas possam tomar parte na conceção, implementação e avaliação dos programas de adaptação e redução.
- Integre as preocupações relacionadas com as alterações climáticas em todos os seus futuros trabalhos e contribua para as discussões da CQNUAC sobre questões agrícolas.

### **Recomendação 2: Apoiar os modelos de produção sustentáveis**

Existe uma distinção clara entre o papel dos diferentes modelos de produção de alimentos e a sua contribuição para as emissões de GEE, bem como o seu valor acrescentado para os sistemas de alimentação local e a potencial resistência às alterações climáticas. A agricultura industrial de grande escala – com uma grande entrada de fertilizantes azotados sintéticos e metano da produção de gado – gera grandes emissões. Além disso, estes métodos de produção contribuem para a redução do coberto florestal e, como resultado, para as emissões resultantes da deflorestação. O relatório do Grupo de peritos de alto nível do CSA intitulado «Segurança alimentar e alterações climáticas» publicado em 2012, alerta para que «o aumento de produção não deve ser realizado pelo cultivo em grande escala em novas terras, pelas consequências que traz para as emissões de GEE.»<sup>25</sup>. Estes modelos industriais são também caracterizados por sistemas de monoculturas, intrinsecamente mais vulneráveis a alterações climáticas<sup>26</sup>. Assim, é necessário reconhecer e aceitar os prejuízos provocados por estes modelos de produção. Qualquer política de redução relativa à agricultura deve, conseqüentemente, atacar prioritariamente as emissões onde elas são mais importantes, ou seja, as da agricultura industrial, não deixando de respeitar o direito ao desenvolvimento dos pequenos produtores.

A tendência atual que consiste em defender uma «intensificação duradoura» através de uma «agricultura inteligente face ao clima»<sup>27</sup>, deveria ser encarada com cautela. Embora as alterações

climáticas estejam a comprometer claramente as capacidades de produção, seria limitado adotar uma abordagem baseada apenas no aumento de rendimentos, não pondo em causa o modelo de produção em si nem os seus impactos, nomeadamente na medida em que a insegurança alimentar não é só uma questão de produção insuficiente mas também de acesso inadequado<sup>28</sup>.

O desenvolvimento de uma agricultura industrial voltada para a exportação em certos países em desenvolvimento é exemplo de que o aumento de produção não leva necessariamente a um aumento equitativo de acesso ao alimento. O acesso limitado aos alimentos, devido ao alto custo, é uma causa estrutural profunda da insegurança alimentar. Necessário é antes apoiar o aumento de produtividade e eficácia dos pequenos produtores, bem como as políticas que garantam a segurança alimentar numa escala local com acesso estável aos alimentos. Para além da produção de bens alimentares, a agricultura tem também um papel social e económico, além de fornecer importantes serviços ambientais, que são bens públicos. A «natureza multifuncional»<sup>29</sup> do sector agrícola é amplamente negligenciado nas abordagens que se concentram apenas no aumento de produção.

O relatório publicado em 2008 pela Avaliação Internacional da Ciência e da Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento (IAASTD) lembra-nos que «a agricultura diversificada de pequena escala é responsável pela porção mais importante da produção mundial. Se os aumentos de produtividade podem ser alcançados por meio de sistemas especializados e de grande escala, os sistemas de produção diversificados de pequena escala dos países em desenvolvimento oferecem as melhores perspectivas de melhoramento dos meios de subsistência.»<sup>30</sup>

Além do mais, o apoio de modelos de produção duradouros (a saber, modelos baseados no funcionamento de ecossistemas) implica privilegiar a agricultura de pequena escala e familiar sobre a agricultura industrial de grande escala. Na verdade, os pequenos agricultores estão em melhor posição para implementar técnicas de conservação de recursos naturais (como a água, os solos e as florestas) que respeitam as condições locais, criando assim sistemas mais resistentes e duradouros.

#### **Ideias a explorar:**

- Promover políticas que abordem a crise climática e a insegurança alimentar de forma holística, avaliando os níveis de emissões dos diferentes modelos agrícolas, e a sua capacidade em reduzirem as emissões de modo duradouro. As decisões devem basear-se em avaliações científicas independentes (como a do relatório IAASTD) das emissões decorrentes de práticas diferentes, e em informações precisas relativas ao potencial de adaptação e de redução de cada modelo, incluindo aspetos sociais e rentabilidade.
- Fornecer incentivos à produção duradoura de alimentos, à agroecologia e agricultura regenerativa, e promover a diversidade base dos recursos genéticos.
- Ter em consideração a primordial responsabilidade dos modelos de produção industrial na elaboração de políticas de redução das alterações climáticas.
- Esclarecer melhor os conceitos de «intensificação duradoura» e de «agricultura inteligente face ao clima», tendo em conta os seus impactos no ambiente e na segurança alimentar das comunidades locais.

#### **Apelamos a que a CQNUAC:**

- Garanta que as políticas se baseiam em investigações científicas sólidas e são regidas pelo princípio da precaução. As decisões tomadas ao abrigo da convenção devem inspirar-se no trabalho de instituições internacionais fiáveis, nomeadamente o Comité de Segurança Alimentar (CSA), bem como o relatório IAASTD e as conclusões do enviado especial das

Nações Unidas para o direito à alimentação<sup>31</sup> sobre o potencial de adaptação e redução das práticas agroecológicas.

**Apelamos a que o CSA:**

- Promulgue mais políticas e decisões orientadas para a ação e promova a criação de mecanismos de vigilância e de prestação de contas para que os Estados possam eficazmente implementar políticas e programas.
- Avalie e compare os diferentes sistemas agrícolas e as suas contribuições para as emissões (diretas e indiretas) e o seu potencial de adaptação.
- Promova um aumento de investimento e pesquisa em modelos agroecológicos para garantir a segurança alimentar e aumentar a resistência, com especial atenção nas necessidades das mulheres agricultoras.
- Encoraje os Estados a impedir os incentivos à agricultura que produz altos níveis de emissões.

**Recomendação 3: Ter cuidado com as soluções falsas como a integração da agricultura nos mercados do carbono ou de agrocombustíveis**

Embora os sistemas de produção agrícola sejam cruciais para reduzir a contribuição da agricultura para as emissões globais de GEE, estes sistemas devem ser apoiados de um modo coerente e que dê prioridade à adaptação. Por exemplo, estão a ser promovidas inúmeras soluções falsas para a redução no sector agrícola. Estas «soluções» são antes de tudo desadequadas tanto para a redução dos efeitos do clima como para a segurança alimentar. A inclusão da agricultura nos mercados de carbono é um exemplo de falsa solução. Argumenta-se que esta solução seria um bom caminho para mobilizar os recursos financeiros com vista a reduzir os efeitos do clima na agricultura, favorecendo a adaptação e a luta contra a pobreza. No entanto, as propostas que integram a agricultura nos mercados de compensação podem ser postas em causa do ponto de vista ambiental, além de apresentarem riscos consideráveis para os pequenos produtores.

Existem, de facto, sérias preocupações de que os mercados de carbono dos solos levam a uma maior pressão sobre a segurança alimentar, sendo que em nada contribuem para a redução de emissões e fragilizam os esforços de redução das alterações climáticas. Em primeiro lugar, são as grandes explorações agrícolas e a indústria agroalimentar, e não as pequenas explorações, que poderiam atrair a maior parte dos investimentos para a fixação de carbono nos solos. No âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de qualquer outro mecanismo regulamentado de compensação de carbono, os ciclos de desenvolvimento e de certificação de projetos são longos, complexos e onerosos. Em consequência, os mais aptos a obter créditos são os que podem pagar a «consultores do carbono» especialistas e que podem propor projetos de compensação de uma envergadura suficiente para cobrir os custos de transação relativos ao MDL.

Além disso, existe o receio de que tal solução possa comprometer a redução dos efeitos climáticos. As estratégias de compensação de carbono, como as do MDL, só são realizáveis por processos industriais, onde as emissões de gases com efeito de estufa podem ser facilmente medidas. Os terrenos destinados à agricultura, contudo, estão sujeitos a processos biológicos complexos e são muito heterogéneos por natureza. Isto torna difícil a obtenção de medições fiáveis de carbono nos solos, essenciais à quantificação de carbono fixado no solo, bem como à geração de créditos correspondentes.

Por fim, incluir a agricultura nos mercados de carbono poderia igualmente levar a um aumento de pressão sobre a terra, na medida em que os investidores buscam ganhos financeiros associados à aquisição de terra neste cenário. Isto pode incentivar ainda mais a apropriação ilegal da terra e levar a uma expansão contínua de monoculturas em grande escala, a expensas dos pequenos produtores, das culturas tradicionais e da biodiversidade.

Outra solução falsa que apresenta graves preocupações é o uso de agrocombustível como substituto dos combustíveis tradicionais, que tem vindo a ser promovido para o sector dos transportes. Isto tem levado a grandes impactos sociais e ambientais, com maior incidência sobre a agricultura e a segurança alimentar, e a impactos apenas marginais ou negativos na redução dos efeitos climáticos. A crescente procura de agrocombustíveis tem afetado negativamente a segurança alimentar local devido a pressões sobre a terra e a competição entre as culturas para agrocombustível ou para alimentação. As políticas relativas aos agrocombustíveis levaram também à indexação dos preços dos alimentos aos do petróleo, contribuindo para uma maior volatilidade dos preços da alimentação. A contribuição de emissões GEE da Alteração Indireta do Uso do Solo (ILUC) decorrente da produção de agrocombustível (através da deflorestação e conversão de terras para a produção de agrocombustíveis, por exemplo) é muito significativa e compromete seriamente o potencial redutor dos agrocombustíveis<sup>32</sup>.

Assim, há poucos elementos que provem que a maioria das políticas e programas sobre agrocombustíveis estejam a ajudar seja a redução de efeitos climáticos seja a segurança alimentar<sup>33</sup>. Deste modo, as políticas de redução devem integrar avaliações sobre o potencial impacto destrutivo suscetível de comprometer a produção alimentar ou de promover a apropriação ilegal da terra, para que não se encorajem soluções falsas.

#### **Ideias a explorar:**

- Rejeitar o uso de mecanismos flexíveis que desviam a responsabilidade pela redução de efeitos climáticos para os países em desenvolvimento.
- Garantir que potenciais soluções sejam postas à disposição dos pequenos produtores e que não criem um fardo a mais, aumentando o seu endividamento.
- Suprimir os mandatos de incorporação e os subsídios à produção de agrocombustíveis (como investimento público ou vantagens fiscais) e centrar-se em maneiras de reduzir o consumo de energia em vez de o manter ao nível atual, que é insustentável.
- Estabelecer medidas sólidas de prevenção social e ambiental que permitam reger o investimento privado em projetos de redução e adaptação agrícolas.

#### **Apelamos a que a CQNUAC:**

- Considere a adaptação uma prioridade nas políticas climáticas relacionadas com a agricultura. As opções de redução deveriam levar a uma diminuição de emissões onde estas forem mais importantes, ou seja, antes de mais na agricultura industrial.
- Realize uma avaliação profunda das opções de redução consideradas pelas partes envolvidas, e zele para que sejam duradouras, equitativas e justas. Os potenciais impactos das opções de redução sobre a segurança alimentar devem ser avaliadas e depois tratadas.
- Rejeite a inclusão da agricultura nos mercados de carbono. As propostas para medidas de redução devem incluir indicadores que vigiem eficazmente a redução de emissões, a eficácia e a durabilidade das diferentes abordagens.
- Tenha em consideração o trabalho levado a cabo pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) para a redação do 5º relatório de avaliação (AR5), fornecendo uma revisão do estado do clima para orientar as decisões políticas em matéria

de clima e servir de instrumento para vigiar o respeito pelos compromissos tomados pelos países.

- Integre na CQNUAC uma abordagem à agricultura a nível global, nacional e local. O OSCCT deve fornecer informação às partes envolvidas sobre a garantia de coerência entre as ações planeadas nos Programas de Ação Nacionais de Adaptação (PANA), nas Medidas de Redução Adequadas a nível Nacional (NAMAs) e nas propostas políticas sobre agricultura.

#### **Apelamos a que o CSA:**

- Garanta que os programas, as políticas e as estratégias de redução e de adaptação são avaliadas *ex ante* e *ex post* para verificar os possíveis impactos no direito a uma alimentação adequada.
- Encoraja os governos e os dadores a apoiarem o desenvolvimento e a difusão de projetos que reforcem a adaptação por meio de práticas duradouras que aumentem a fixação de carbono e integrem a redução de riscos, quando apropriado.
- Conteste as falsas soluções, como os agrocombustíveis, denunciando os impactos de tais políticas na segurança alimentar.
- Rejeite firmemente a promoção de sementes geneticamente modificadas em nome da resistência ao stress climático, como secas ou salinidade, em qualquer política relacionada com o clima. Quaisquer patentes sobre formas de vida devem ser proibidas.

#### **Recomendação 4: Assegurar o acesso à terra, aos recursos naturais e aos bens comuns**

A falta de segurança de posse da terra e o acesso a recursos naturais constituem uma das principais causas estruturais da fome e da pobreza. O acesso e os conflitos relacionados com os recursos de produção como a terra arável e a água vão tornar-se cada vez mais intensos com as alterações climáticas. É por isso imperativo que os governos protejam os direitos dos pequenos produtores aos seus recursos, pois estes são os seus principais gestores.

A terra arável – ou a proporção de terra onde se pode cultivar – está a diminuir a uma velocidade alarmante. Hoje, menos de 10% da área total do planeta é arável. Nos últimos 40 anos, cerca de um terço da terra arável do mundo (1,5 mil milhões de hectares) foi abandonada por motivo de erosão ou degradação do solo. Isto significa que estamos a perder cerca de 75 milhões de hectares por ano<sup>34</sup>. Os interesses económicos são cada vez mais dirigidos para este parco recurso, o que leva à perda de posse de milhares de pessoas. Esta tendência, também conhecida por «apropriação ilegal da terra», vai subsistir a menos que se tomem medidas para proteger os mais pobres.

A apropriação ilegal das terras pode levar à perda de posse e/ou à incorporação de pessoas num sistema agro-industrial não sustentável. Compromete os seus meios de subsistência e a sua capacidade de se alimentarem a si próprios, além de intensificar a degradação dos recursos.

Os motores da apropriação ilegal de terras incluem a produção de alimentos para países mais ricos, produção de agrocombustível, projetos de infraestruturas de larga escala, mecanismos de créditos de carbono e outros baseados no mercado, bem como pura especulação deste recurso cada vez menor por parte dos bancos, fundos de pensões e outros agentes financeiros. O aumento dos preços dos produtos agrícolas faz com que a aquisição de terras pareça uma opção de investimento cada vez mais atrativa.

Devem intensificar-se os esforços para assegurar o direito de terra aos pequenos produtores. Isto garantirá que as pessoas não são arbitrariamente retiradas da sua terra e que obtêm melhores condições nas suas relações com os investidores estrangeiros.

É também necessário instaurar uma reforma de redistribuição para enfrentar a distribuição desigual das terras, que caracteriza o período pós-colonial de tantos pobres do mundo.

#### **Ideias a explorar:**

- Garantir a posse da terra e os direitos dos utilizadores através de uma rápida implementação da «orientação voluntária para a governação responsável das terras, pescas e florestas»<sup>35</sup>.
- Declarar uma moratória de dois anos sobre investimentos de grande escala feitos por empresas estrangeiras e transnacionais, até à conclusão e implementação final dos princípios do CSA sobre Investimento Agrícola Responsável (IAR).
- Reconhecer os direitos aduaneiros.
- Providenciar a redistribuição da terra e uma indemnização quando necessário.
- Integrar nas legislações nacionais o princípio do consentimento livre, antecipado e informado, bem como regimes de indemnizações, através de enquadramentos legais que garantam o apoio legal às populações locais e a proteção dos que defendem os direitos à posse da terra.
- Integrar os modelos sustentáveis (como a agroecologia) nas discussões relacionadas com os princípios do CSA para um investimento agrícola responsável.

#### **Apelamos a que a CQNUAC:**

- Prossiga o trabalho sobre as interações entre as alterações climáticas e a apropriação ilegal da terra, com vista a garantir que as políticas de energia e de redução não agravem este fenómeno. Devem ser abolidas políticas tais como os subsídios e os objetivos em matéria de agrocombustíveis, que desviam os bens alimentares para o uso energético e promovem a concentração de terras.

#### **Apelamos a que o CSA:**

- Apoie prioritariamente a implementação das «Orientações Voluntárias para a Governação Responsável das Terras, Pescas e Florestas».
- Apoie o desenvolvimento de políticas de uso integrado de solos para a segurança alimentar, para a adaptação e redução.
- Reduza a mudança das terras agrícolas favorecendo, por exemplo, a agroflorestação.

### **Recomendação 5: Alinhar as políticas financeiras, comerciais e agrícolas a fim de garantir o direito à alimentação adequada**

Prevê-se que as alterações climáticas tenham terríveis impactos na produção de alimentos e, em resultado disso, nos preços dos bens alimentares. Do ponto de vista histórico, a disponibilidade de alimentos baratos no mercado internacional foi um dos fatores que contribuiu para reduzir os investimentos e o apoio à agricultura local dos países em desenvolvimento. Esta realidade é geralmente dada como razão para a crise alimentar de 2007-2008, quando os países se tornaram vulneráveis às flutuações de preços e incapazes de responder às suas necessidades a uma escala local. Para os países em desenvolvimento, a liberalização dos mercados significou um aumento de dependência dos alimentos importados, tornando-se o aumento de preços uma fonte de grave preocupação. As políticas comerciais, negociadas numa época de abundância, devem



agora ser revistas. Uma das principais lições a aprender da crise alimentar é que o mercado mundial já não é uma fonte fiável para o fornecimento estável e a bom preço de alimentos. Em tempos de aumentos de preços e volatilidade, as importações não podem ser a pedra angular das estratégias sobre segurança alimentar sustentável.<sup>36</sup>

Num documento de discussão publicado em 2011 na CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)<sup>37</sup>, recomendava-se «um deslocamento significativo da produção convencional, industrial, baseada em monoculturas e muito dependente de entradas externas, para sistemas de produção duradouros que melhorem consideravelmente a produtividade dos pequenos produtores». Se o objetivo é melhorar os meios de subsistência e aumentar o rendimento dos pequenos produtores, um tal aumento de produção precisa de ser acompanhado por um comércio mais favorável e por enquadramentos macroeconómicos.

Apesar disso, calcula-se que o comércio de alimentos aumente com as alterações do clima, tornando-se a maior parte dos países em desenvolvimento mais dependentes da importação de alimentos e das flutuações dos preços do mercado, aumentando portanto a sua vulnerabilidade aos choques correspondentes.

#### **Ideias a explorar:**

- Promover, nas negociações internacionais, uma melhor integração das preocupações ligadas à segurança alimentar e às mudanças de clima com as políticas de mercado e os acordos comerciais.
- Reavaliar as regras comerciais para que reflitam as preocupações sobre o direito a uma alimentação adequada, em vez de dar prioridade às preocupações dos exportadores com o acesso ao mercado.
- Criar um espaço nas negociações comerciais onde os países onde existe insegurança alimentar possam responder às flutuações de preços internacionais, incluindo a implementação de medidas de estabilidade de preços, quotas de importação e tarifas e restrições à exportação, se necessário.
- Aquando da negociação de regras comerciais, conceder especial atenção aos países de baixos rendimentos e deficitários em alimentação.
- Submeter as políticas comerciais agrícolas nacionais, bilaterais e multilaterais a avaliações de impactos ambientais e sociais *ex-ante* e *ex-post*.
- Permitir que os governos dos países em desenvolvimento implementem medidas comerciais eficazes, incluindo o recurso a medidas preventivas especiais, para apoiarem a participação dos pequenos produtores nos mercados locais e regionais.
- Implementar sistemas financeiros novos e inovadores – fontes promissoras de financiamento público da ação climática –, como o Imposto sobre as Transações Financeiras (ITF), com vista a apoiar iniciativas de adaptação e redução.
- Introduzir regras mais estritas sobre especulação nos mercados financeiros, incluindo o estabelecimento de posições aplicáveis aos agentes que não estão de boa-fé.

#### **Apelamos a que o CSA:**

- Aprofunde as discussões relacionadas com o papel do comércio na segurança alimentar, prestando especial atenção aos desafios colocados pelas alterações climáticas.

## **Recomendação 6: Modificar os hábitos de consumo e reduzir o desperdício alimentar e as perdas pós-colheita**

Atualmente, enquanto cerca de mil milhões de pessoas padecem de fome, outro milhar de milhão é considerado obeso e com o peso acima do ideal<sup>38</sup>. A obesidade provoca 3,8 milhões de mortes antes dos 60 anos de idade<sup>39</sup> e, nos próximos anos, o número de mortes por doenças ligadas à obesidade deverá atingir 5,1 milhões de pessoas até 2030. Em países como os EUA, isto significa que a atual geração de crianças tem menor esperança de vida que os seus pais, devido aos hábitos alimentares.<sup>40</sup>

Em geral, estamos a consumir mais comida, em parte devido ao crescimento da população, mas também porque o consumo médio de alimentos está a aumentar. As pessoas que têm meios estão a comer maiores quantidades de carne, produtos lácteos e alimentos processados, cujo valor nutritivo é pequeno em comparação com os cereais, as frutas e os legumes. Ironicamente, o crescimento económico tem contribuído para esta mudança. A nutrição está a melhorar na Índia, na China e noutros países, mas grande parte dessas populações consomem demasiado, e sobretudo alimentos processados, levando a uma transição do regime alimentar que está a causar graves impactos na saúde pública. A obesidade está também relacionada com a qualidade dos alimentos que se consomem.

Para suportar esta transição do regime alimentar, estamos a assistir a um desvio de culturas cerealíferas da alimentação humana para a alimentação de gado, uma vez que a procura de carne e de produtos lácteos subiu a partir de 1960<sup>41</sup>. Cerca de um terço da produção mundial (que ocupa 3,7 mil milhões de hectares) é destinada ao gado.<sup>42</sup>

Em média, são necessários cerca de 6 kg de proteína vegetal para produzir apenas 1 kg de proteína animal<sup>43</sup>. As terras usadas pelas populações locais para a sua própria produção de alimentos está a ser substituída para produzir alimento para gado. A separação entre cultura de alimentos e produção de gado constitui igualmente um problema crescente. Um aspeto fundamental dos sistemas agrícolas sustentáveis é que os nutrientes circulem; por exemplo, o estrume do gado é usado para fertilizar a terra. Quando a produção animal e a produção de alimentos se encontram geograficamente separadas, os nutrientes não podem ser reciclados e são por isso perdidos no ciclo local.

Para além disso, mais de um terço dos alimentos produzidos no nosso planeta para consumo humano é desperdiçado<sup>44</sup>. Isto representa uma perda aproximada de 1,3 mil milhões de toneladas por ano<sup>45</sup>. Nos países em desenvolvimento, o desperdício ocorre principalmente nas explorações agrícolas, sobretudo devido a limitações nos métodos posteriores à colheita, técnicas de conservação, e sistemas de embalagem e distribuição. Nos países desenvolvidos, o desperdício resulta muitas vezes do comportamento alimentar dos consumidores e de processos ineficazes na cadeia de distribuição. Isto constitui uma oportunidade magnífica, se considerarmos que todos os que padecem de fome no mundo poderiam ser salvos da subnutrição com menos de 25% dos alimentos que se deitam fora, só nos EUA e na Europa<sup>46</sup>. De acordo com a FAO, 10% das emissões de gases com efeito de estufa dos países ricos provém da produção de alimentos que nunca serão consumidos.

Num mundo confrontado com as mudanças de clima, uma população crescente e uma crise económica global, precisamos de ser mais inteligentes, mais eficientes e mais justos na maneira como produzimos, distribuimos e consumimos os nossos alimentos. As grandes empresas exercem cada dia mais controle sobre o sistema alimentar, recorrendo a métodos de produção que, a longo prazo, esgotam os recursos.

O alimento e a terra são considerados mercadorias transacionáveis, cujo valor é fixado por investidores interessados no lucro. A indústria alimentar provoca danos ao ambiente e aos recursos, de mais de dois dólares por cada dólar de lucro. Para vendas líquidas no valor de 12 800 000 milhões de dólares, os custos ambientais são da ordem dos 200 mil milhões de dólares, o que representa 224% mais do que o seu lucro<sup>47</sup>. Resumindo, as atuais técnicas de produções oferecem ganhos mínimos, enquanto os custos humanos e ambientais são exorbitantes. Estes são problemas sistémicos resultantes do modo como produzimos, distribuímos e consumimos alimentos, os quais precisam de ser resolvidos.

#### **Ideias a explorar:**

- Investir na sensibilização dos consumidores e promover uma transição para escolhas alimentares mais saudáveis e mais duradouras, no âmbito das ações de adaptação. Nisto está incluído maior consumo de frutas e legumes e menor consumo de produtos de origem animal.
- Investir na sensibilização dos consumidores para a questão do desperdício alimentar, nomeadamente nos países desenvolvidos.
- Introduzir mecanismos e inovações que deem lugar a sistemas de produção mais eficazes e com menos perdas de uma ponta à outra da cadeia alimentar, incluindo a reutilização dos produtos orgânicos urbanos não consumidos (e não poluídos) na agricultura, bem como a reutilização do estrume para produção de biogás, por exemplo.
- Identificar e apoiar os processos de produção alimentar e as práticas de distribuição mais eficazes na utilização de recursos e com menos externalidades ambientais, promovendo e implementando restrições ao sector privado, a fim de produzir e de distribuir de modo a reduzir as emissões de GEE.
- Estabelecer cadeias alimentares mais curtas e economias locais através de mercados de agricultores, de agricultura sustentada pela comunidade e de comissões locais de alimentação, por exemplo.
- Promover medidas de melhoria pós-colheita nos países em desenvolvimento onde os desperdícios são produzidos nas próprias explorações agrícolas.
- Reforçar as organizações de consumidores.
- Prever programas sociais locais, quando possível.

#### **Apelamos a que a CQNUAC:**

- Forneça informações às partes envolvidas, por intermédio do OSCCT, sobre o potencial de redução dos efeitos climáticos que limitam a expansão da cadeia agroalimentar que gera desperdício, e ofereça apoio a medidas pós-colheita mais eficientes nos países em desenvolvimento.

## **A agroecologia no terreno**

A AS-PTA (associação brasileira para a agricultura familiar a agroecologia) trabalha com comunidades de pequenos produtores desde 1983 para a promoção da agroecologia como estratégia para erradicar a insegurança alimentar e a pobreza. No seu programa de desenvolvimento local, levado a cabo na região semi-árida do Nordeste brasileiro, a AS-PTA coopera com as organizações de agricultores regionais, envolvendo até 14 sindicatos municipais e centenas de associações comunitárias no âmbito de uma das maiores iniciativas das ONG no Brasil. Através de métodos participativos, a organização já identificou os principais constrangimentos que estas comunidades encontram em termos de produção e de comercialização, analisando a raiz das suas causas e propondo soluções-piloto.

Um dos problemas mais importantes desta região é a escassez de água para consumo humano e animal, bem como para a produção agrícola. O potencial de recolha de água da chuva, incluindo técnicas inovadoras como barragens subterrâneas e projetos de micro-irrigação, tem sido reconhecido como uma importante resposta às secas que frequentemente afetam a região. A propagação de variedades locais de sementes, mais resistentes à seca, bem como a gestão da vegetação natural para alimento dos animais, constituem igualmente estratégias complementares importantes.

As avaliações dos projetos da AS-PTA revelam a geração de um aumento de rendimentos através de um aumento da produção e de acesso aos mercados locais, bem como um significativo aumento de bem-estar nutricional das famílias envolvidas. Mais importante ainda, a AS-PTA verificou que os participantes do programa tornaram-se muito menos vulneráveis às condições de seca desde que começaram a implementar os métodos agroecológicos.

A AS-PTA faz parte de uma rede nacional para o desenvolvimento agroecológico e divulga os seus métodos e técnicas a outros parceiros da sociedade civil. Esta rede (ANA) advoga também a nível local e nacional em favor de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural duradouro e melhorem as condições dos agricultores familiares, responsáveis pela produção de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. [www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br)

## **Conclusão**

Se continuarmos a insistir no cenário «negócio do costume», os aumentos de produção agrícola implicarão fundamentalmente aumentos nas emissões de gases de efeito de estufa; no entanto, existem maneiras – através de modelos agroecológicos – de dissociar a produção alimentar do aumento de emissões. É essencial desenvolver a resistência dos sistemas de produção e as estratégias de subsistência dos pobres, se queremos que as comunidades se adaptem às mudanças tanto climáticas como económicas. Para tal, é preciso travar a expansão do modelo agroalimentar industrial e apoiar modelos de produção agroecológicos, acessíveis a pequenos produtores, apoiar as capacidades regenerativas da terra e restringir as contribuições para mais emissões de GEE.

É urgente modificar a maneira como concebemos e praticamos agricultura. O reconhecimento do papel da governação inclusiva é indispensável para assegurar que as partes envolvidas respeitam a visão de uma agricultura duradoura. A participação e consulta públicas dos projetos e dos programas de adaptação e redução dos efeitos climáticos, bem como os processos de tomada de decisão abertos, transparentes e inclusivos, são elementos essenciais para garantir o direito a uma alimentação adequada face à ameaça climática.

A fragmentação das políticas em sectores não pode responder aos novos desafios criados pelas alterações climáticas. A coerência das políticas, baseada nos direitos humanos, deve ser a pedra angular de todas as decisões.

## Referências

---

- <sup>1</sup> Segundo o relatório «Segurança Alimentar e Alterações Climáticas» do Grupo de Peritos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição do Comité de Segurança Alimentar, a lavoura e a criação de gado eram responsáveis por 15% das emissões em 2005, das quais 2% eram resultantes de sectores relacionados com estas atividades (produção de aportes químicos, consumo de energia, irrigação, etc.) A deslocação da propriedade da terra representava 11 a 17%. Ver: [www.fao.org/cfs](http://www.fao.org/cfs).
- <sup>2</sup> Institute for Agriculture and Trade Policy, «Agriculture in the climate talks: looking beyond Cancun», 2010, p. 2, [www.iatp.org](http://www.iatp.org).
- <sup>3</sup> Para efeitos deste documento, a expressão «pequenos produtores» designa o conjunto de pessoas cujos meios de subsistência estão ligados à produção de alimentos, nomeadamente os agricultores, pescadores artesanais, pastores, pessoas que trabalham nas colheitas e trabalhadores rurais. O conceito «pequeno» varia sensivelmente em função dos países e não se reduz a uma questão de hectares. Este termo é utilizado aqui para capturar o conceito de escala, bem como o modelo de produção utilizado e a contribuição da mão-de-obra familiar para a produção.
- <sup>4</sup> Em África e na América Latina, a pequena agricultura local representa cerca de 80% do conjunto das explorações. Na América Latina, as pequenas explorações produzem quase 67% da produção total e criam até 77% de emprego no sector primário (FAO, 2001).
- <sup>5</sup> Agência de avaliação ambiental dos Países Baixos (PBL) e Centro Comum de Pesquisa da Comissão Europeia, «Trends in Global CO2 Emissions», 2012, p. 6.
- <sup>6</sup> PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente), 2011, p. 8, [www.unep.org](http://www.unep.org).
- <sup>7</sup> Sabe-se há muito que um aumento da temperatura de 1,5 para 2° representa o limite a partir do qual a mudança do clima se torna irreversível. Este facto exige uma ação política ambiciosa e urgente.
- <sup>8</sup> Grupo de consulta sobre a pesquisa agrícola internacional (CGIAR), «Agriculture and Rural Development Day 2012: Lessons in Sustainable Landscapes and Livelihoods», [www.cgiar.org/press-releases](http://www.cgiar.org/press-releases).
- <sup>9</sup> Foresight, «The Future of Food and Farming», 2011, p. 134, [www.bis.gov.uk](http://www.bis.gov.uk).
- <sup>10</sup> FAO, FIDA, PAM, «Redução da pobreza: o papel determinante do financiamento da alimentação, da agricultura e do desenvolvimento rural», 2002, p. 9, [www.fao.org](http://www.fao.org).
- <sup>11</sup> Os pilares da segurança alimentar são quatro: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.
- <sup>12</sup> Grupo de Peritos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição do Comité de Segurança Alimentar Mundial, Relatório sobre Volatilidade dos Preços e Segurança Alimentar, 2011, [www.fao.org/cfs](http://www.fao.org/cfs).
- <sup>13</sup> A CIDSE opta pelo termo «agrocombustíveis» em oposição a «biocombustíveis». Os «agrocombustíveis» são combustíveis líquidos produzidos a partir de plantas cultivadas segundo modelos agroindustriais a grande escala. Os agrocombustíveis, como o etanol e o biodiesel são hoje produzidos com plantas como o milho, a palma, soja, cana-de-açúcar, beterraba, colza, jatrofa, arroz e trigo. Os «biocombustíveis», por outro lado, designam os modelos de produção de pequena escala, e os combustíveis líquidos não industriais produzidos quase sempre nas instalações dos próprios agricultores e destinados ao consumo local. Ver: Food First, «Agrofuels in the Americas», Capítulo II, p. 4, 2009, [www.foodfirst.org](http://www.foodfirst.org).
- <sup>14</sup> Organização das Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos Humanos, [www.un.org](http://www.un.org).
- <sup>15</sup> Gabinete do Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Pacto Internacional para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, [www2.ohchr.org](http://www2.ohchr.org).
- <sup>16</sup> Olivier De Schutter, [www.srfood.org](http://www.srfood.org).
- <sup>17</sup> Para mais informações sobre o impacto nos países do Sul dos investimentos agrícolas feitos pelos agentes do sector privado e pelos agro-negócios, ver: Entraide et Fraternité, Commerce international, 2012, [www.entraide.be](http://www.entraide.be).
- <sup>18</sup> Reuters, «Glencore sees opportunities in US drought», 21 Agosto 2012, [www.reuters.com](http://www.reuters.com).
- <sup>19</sup> O artigo 3.1 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas declara que as «partes envolvidas devem proteger o sistema climático para benefício das gerações atuais e vindouras, na

---

base da equidade e de acordo as suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e respetivas capacidades. Cabe, assim, aos países desenvolvidos, liderar o combate às alterações climáticas e aos efeitos adversos daí resultantes». Organização das Nações Unidas, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), 1992, p. 5, [www.unfccc.int](http://www.unfccc.int).

<sup>20</sup> Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), Artigo 3.3, 1992, p. 6, [www.unfccc.int](http://www.unfccc.int).

<sup>21</sup> «Todas as partes, levando em consideração as suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e as suas prioridades nacionais e regionais de desenvolvimento, objetivos e circunstâncias, devem: (c) promover e cooperar no desenvolvimento, aplicação e difusão – incluindo transferência – de tecnologias, práticas e processos destinados a controlar, reduzir ou precaver emissões antrópicas de gases de efeito de estufa não regulamentados pelo Protocolo de Montreal em todos os sectores pertinentes, em particular, nos da energia, transportes, indústria, agricultura, florestas e gestão de desperdícios.» Ver Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), Artigo 4c, 1992, p. 7, [www.unfccc.int](http://www.unfccc.int).

<sup>22</sup> Para mais informação, incluindo estudos de caso sobre o modo como a agricultura de pequena escala pode contribuir tanto para a redução e adaptação às mudanças climáticas como para a redução da pobreza, ver o documento político da Trócaire: «Climate Change, Climate Action, Climate Justice», 2011, [www.trocaire.org](http://www.trocaire.org).

<sup>23</sup> Um relatório publicado em 2010 pelo Banco Mundial calcula que o custo de adaptação ao aquecimento global de 2°C, no período de 2010-2050, será da ordem de 70 a 100 mil milhões de USD por ano. Ver: World Bank, Economics of Adaptation to Climate Change, Synthesis Report, 2010, p. XV–XVI, [www.climatechange.worldbank.org](http://www.climatechange.worldbank.org).

<sup>24</sup> FAO, Towards sustainable food security: Women and sustainable food security, [www.fao.org](http://www.fao.org).

<sup>25</sup> Grupo de Peritos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Alterações Climáticas do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), 2012, p. 54, [www.fao.org/cfs](http://www.fao.org/cfs).

<sup>26</sup> A resistência a catástrofes climáticas está estreitamente ligada com o nível de biodiversidade na agricultura. Ver: Altieri MA, The scaling up of agroecology: spreading the hope for food sovereignty and resilience, 2012, [www.agroeco.org](http://www.agroeco.org).

<sup>27</sup> Mais informação e exemplos específicos de abordagens agrícolas ditas «inteligentes face ao clima» disponível em documentos publicados por Misereor. Ver: [www.misereor.org/publications/climate-change-and-justice](http://www.misereor.org/publications/climate-change-and-justice).

<sup>28</sup> FAO, «An Introduction to the Basic Concepts of Food Security», 2008, [www.fao.org](http://www.fao.org).

<sup>29</sup> Avaliação Internacional da Ciência e da Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento (IAASTD), Agriculture at a Crossroads, 2008, p. 3, [www.agassessment.org](http://www.agassessment.org).

<sup>30</sup> Ibid, p. 379, [www.agassessment.org](http://www.agassessment.org).

<sup>31</sup> Olivier de Schutter, «Agroecologia e direito à alimentação», 2011, [www.srfood.org](http://www.srfood.org).

<sup>32</sup> International Food Policy Research Institute (IFPRI), «Assessing the Land Use Change Consequences of European Biofuel Policies», <http://ec.europa.eu/trade>.

<sup>33</sup> Grupo de Peritos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Alterações Climáticas do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), 2012, p. 78, [www.fao.org/cfs](http://www.fao.org/cfs).

<sup>34</sup> São precisos aproximadamente 500 anos para obter 25 mm de cobertura do solo. A profundidade mínima para a produção agrícola é de 150 mm. Ver: David Pimental, «Soil as an Endangered Ecosystem», Bioscience, 2000, [www.bioone.org](http://www.bioone.org).

<sup>35</sup> FAO, CSA, «Orientações Voluntárias para a Governação Responsável das Terras, Pescas e Florestas», 2012, [www.fao.org](http://www.fao.org).

<sup>36</sup> CIDSE, «Volatilidade dos Preços Alimentares – Consequências e impactos no direito à alimentação», 2011, [www.cidse.org/resources](http://www.cidse.org/resources).

<sup>37</sup> CNUCED, «Assuring Food Security in Developing Countries under the Challenges of Climate Change: Key Trade and Development issues of a fundamental transformation of agriculture», 2011, [www.unctad.org](http://www.unctad.org).

- 
- <sup>38</sup> De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em 2008 havia mais de 1,4 mil milhões de adultos (mais de 20 anos) com peso a mais. Ver: [www.who.int](http://www.who.int).
- <sup>39</sup> R. Beaglehole et al., «Priority actions for the non-communicable disease crisis», *Lancet*, vol. 377, N. 9775, 2011, p. 1438–47. [www.thelancet.com/journals](http://www.thelancet.com/journals).
- <sup>40</sup> S. J. Olshansky et al., «A potential decline in life expectancy in the United States in the 21st century», *New England Journal of Medicine*, Vol. 352, N. 11, 2005, p.1143, [www.nejm.org](http://www.nejm.org).
- <sup>41</sup> 41 A FAO calcula que por volta de 2050, a média de consumo de carne por pessoa será 40% maior do que em 2010 (70% mais para os países em desenvolvimento). Ver o Relatório dos Peritos de Alto Nível em Segurança Alimentar do CSA, «Segurança Alimentar e Alterações Climáticas», 2012, p. 73, [www.fao.org/cfs](http://www.fao.org/cfs).
- <sup>42</sup> Foley et al.,«Solutions for a cultivated planet», *Nature* 478, 337–342, [www.nature.com](http://www.nature.com).
- <sup>43</sup> *The American Journal of Clinical Nutrition (AJCN)*, 2003.
- <sup>44</sup> Os consumidores na América do Norte e na Europa deitam for a 95–115 kg/ano/per capita; na África subsariana e no Sul e no Sudeste asiático, apenas 6–11kg/ano/per capita.
- <sup>45</sup> FAO, Gustavsson et al, «Global Food Losses and Food Waste», 2011, [www.fao.org](http://www.fao.org).
- <sup>46</sup> Ibid.
- <sup>47</sup> KPMG, «Expect the unexpected: Building business value in a changing world», 2012, [www.kpmg.com](http://www.kpmg.com)



Membros da CIDSE



A CIDSE é uma aliança internacional de organizações católicas para o desenvolvimento. Os seus membros partilham uma estratégia comum para erradicar a pobreza e instaurar a justiça no mundo. A advocacia da CIDSE cobre os seguintes domínios: governação global; recursos para o desenvolvimento; justiça climática; alimentação, agricultura e comércio sustentáveis; empresas e direitos humanos.